

A OFENSIVA DA NOVA DIREITA E AS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Anna Júlia Medeiros Lopes Garcia¹

Isabella Ribeiro Garcia²

Maria Luiza Campos Duarte³

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de compreender a constituição e fundamentos da nova direita e analisar as consequências para as políticas sociais no contexto brasileiro. A discussão aponta que a orientação política da nova direita é a destinação das políticas sociais para servirem aos interesses do grande capital através de políticas focalizadas e contingenciais, em que transfere a responsabilidade e os custos do Estado por proteção social para a sociedade civil, a família e ao mercado. No Brasil, a partir da expressão da nova direita com o golpe de 2016, os governos utilizaram do incentivo ao voluntariado como forma de transfiguração das políticas sociais na perspectiva de direitos sociais em favor, assim como utilizam do desfinanciamento e sucateamento das políticas sociais.

Palavras-chave: nova direita; política social; voluntariado.

ABSTRACT

This article aims to understand the constitution and foundations of the new right and analyze the consequences for social policies in the Brazilian context. The discussion points out that the political orientation of the new right is to direct social policies to serve the interests of big capital through targeted and contingent policies, transferring the responsibility and costs of social protection from the State to civil society, the family, and the market. In Brazil, following the emergence of the new right with the 2016 coup, governments have utilized the promotion of volunteering as a means to transform social policies from a perspective of social rights in favor of using defunding and the deterioration of social policies.

Keywords: new right; social policy; volunteering.

¹ Graduada em Serviço Social e Mestranda em Política Social no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília - PPGPS/UnB. Email: anna17garcia@gmail.com

² Graduada em Serviço Social e Mestranda em Política Social no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília - PPGPS/UnB. Email: isa.gribeiro1@gmail.com

³ Graduada em Serviço Social e Mestranda em Política Social no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília - PPGPS/UnB. Email: marialuizacampos101@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A nova direita, segundo Afonso (2007), pode ser entendida a partir da fusão de duas correntes ideológicas de direita: o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Essa ideologia obtém força no final da década de 1970, expandindo-se pelo mundo através dos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, período também em que os partidos conservadores se fortaleceram e tiveram uma série de vitórias em lugares que, anteriormente, eram governados por social-democratas, a exemplo do Chile (Harvey, 2008). Essa junção de ideologias resultou em uma combinação de princípios, sendo assim, “da influência de duas ideologias conflitantes derivou uma nova prática política, econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo social e político” (PEREIRA, 2016, p. 101). A partir da compreensão de que a nova direita é a combinação dessas duas ideologias, é necessário compreender isoladamente cada uma delas, seus pontos de convergência, bem como suas implicações nas políticas sociais.

A partir deste contexto, o objetivo principal deste estudo é analisar a relação entre a ofensiva da nova direita e as consequências para as políticas sociais. Tendo em vista que trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, o percurso metodológico utilizado foi o da pesquisa bibliográfica a partir do levantamento teórico das palavras-chave: nova-direita, política social e voluntariado. Diante da complexidade dos fenômenos sociais, foi adotado o método materialista histórico-dialético para, através do estudo da historicidade, totalidade e contradição, considerando os processos políticos, sociais, econômicos e culturais, compreender a dinâmica da nova direita no Brasil e as implicações para a política social. De acordo com Behring e Boschetti (2007, p.43) "o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas e as relações entre suas diversas manifestações e dimensões".

O trabalho foi dividido nos seguintes tópicos: o primeiro tópico buscou analisar as políticas sociais e o Estado no capitalismo, considerando os elementos históricos, políticos, econômicos e sociais. No segundo tópico, foi realizada uma abordagem

acerca do conceito de nova direita, entendido como a junção do neoliberalismo e do neoconservadorismo. No terceiro e último tópico foi realizada uma análise das estratégias políticas utilizadas pelos governos Temer e Bolsonaro de transformação da responsabilidade pública na garantia de políticas sociais para setores como mercado, família e sociedade civil.

2 CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA

A leitura das políticas sociais, de acordo com Behring e Boschetti (2006), sob a perspectiva da tradição marxista, deve compreender as determinações históricas e sociais, assim como a relação destas com o Estado. Ou seja, as políticas sociais no Brasil devem ser concebidas a partir da totalidade que compreende, dentre outras dimensões, o contexto político e econômico em que o país está inserido.

Nesse sentido, cabe resgatar os elementos essenciais do surgimento e desenvolvimento das políticas sociais, dessa forma, as autoras enumeram esses elementos da seguinte maneira:

O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais. Nessa direção, não se pode explicar a gênese e o desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes (BEHRING; BOSCHETTI, p. 44, 2006).

Em relação ao desenvolvimento das políticas sociais, cabe citar brevemente seu contexto histórico da política social no capitalismo e, sobretudo, localizá-la no contexto neodireitista brasileiro, ao mesmo tempo, é necessário situar esse processo a partir da dimensão de totalidade, ou seja, não se desvincula da análise das políticas sociais os períodos econômicos que antecedem a fase neoliberal no Brasil e no mundo. Dessa maneira, Behring (2016) ressalta:

A política social e os direitos sociais, movidos pela contradição capital-trabalho, são processos históricos e sociais que têm origem nas leis fabris do século XIX, passando pela experiência bismarckiana no final do século XIX, o Relatório Beveridge, de 1942, e que orientou a experiência trabalhista e social-democrata dos chamados “anos de ouro”, entre 1945 e 1970. Até chegarmos ao neoliberalismo, a partir dos anos 1980 e seu receituário

contundente, sua nova linguagem e seus poucos recursos, rompendo com os direitos conquistados no período anterior e com o padrão de serviços, benefícios e financiamento a eles correspondente, especialmente nos espaços geopolíticos que viveram o pleno emprego e o Estado social mais desenvolvido e consistente (BEHRING, 2016, p.17).

No que diz respeito às políticas sociais no Brasil é necessário destacar a relevância da relação entre contexto político e o papel do Estado no capitalismo brasileiro, assim como os desdobramentos que revelam os interesses de classe (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). O que as autoras ponderam é que as políticas econômicas e sociais refletem esses interesses, tornando possível a apreensão, no âmbito do Estado, de algumas determinações intrínsecas ao modo de produção capitalista. A exemplo, as autoras ressaltam a atuação das forças sociais que dizem respeito ao movimento dos trabalhadores ou do empresariado. Ademais, Behring e Boschetti (2006) também evidenciam o papel cultural que retoma, no âmbito das políticas sociais, a responsabilização individual e legitima a focalização das políticas sociais.

Ao reconhecerem a contradição das políticas sociais que não dizem respeito apenas a um ou outro movimento, seja do atendimento aos interesses empresariais, seja a defesa da classe trabalhadora, as autoras ponderam sobre a necessidade da defesa das políticas sociais e a universalização destas. Dessa maneira, apontam para a relevância das políticas sociais para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora da seguinte maneira:

O reconhecimento dos direitos sociais e, sobretudo, sua universalização nos sistemas de proteção social capitalista, seja em forma de bens e serviços, seja em forma de prestações sociais monetárias, possibilitou a melhoria das condições de vida, certa redução das desigualdades sociais e certa distribuição do fundo público. Mas, certamente, não desmercantilizou as relações sociais, que continuam regidas pelas relações capitalistas fundadas na produção socializada e na apropriação privada de seus resultados (BOSCHETTI, 2016, p. 28).

Em relação ao avanço das políticas sociais no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a ofensiva das políticas neoliberais em curso a partir dos anos 1990, Brettas (2020) ressalta alguns pontos que merecem destaque. Um

desses pontos versa sobre a especificidade da financeirização no neoliberalismo. Dessarte, o financiamento das políticas sociais sofre uma retração frente às necessidades de ampliação do lucro do capital rentista, conforme a autora. Nesse sentido, cabe destacar:

No campo das políticas sociais, são três os aspectos que precisam ser analisados, todos envolvendo o destino de recursos públicos: 1) adoção de uma política de ajuste fiscal permanente que possibilita a retirada crescente de direitos combinada ao estímulo à busca de soluções no setor privado; 2) estímulo, via isenções fiscais e alterações na legislação, do empresariamento em setores como a saúde e a educação, que passam a contar com investimentos estrangeiros e abertura de capital na bolsa de valores; 3) ampliação da política de crédito para os que não podem pagar pelos serviços privados, mediante o foco neste perfil de “consumidor”, e fortalecimento de mecanismos de transferência de renda que estimulam a inserção de usuários das políticas sociais no sistema bancário (BRETTAS, 2020, p. 208).

Nesse sentido, a relação do aparato jurídico e econômico podem vir a revelar os interesses de classe que são estabelecidos na dinâmica brasileira, sobretudo na forma que o Estado brasileiro incorpora demandas políticas vinculadas a classe dominante, a exemplo do avanço de legislações que determinam a primazia da rentabilidade do capital, a exemplo da implementação do novo arcabouço fiscal, entre outras medidas (BRETTAS, 2020).

Observa-se a relevância da universalização das políticas sociais, mesmo compreendendo seus limites no âmbito do Estado capitalista. Nesse sentido, é que defende-se a ampliação das políticas sociais em detrimento do que a política da nova direita, ancorada em pressupostos neoliberais, tende a conduzir, como a focalização destas. De maneira análoga, é necessário direcionar a análise no âmbito das funções do Estado com a intencionalidade de aproximar-se, assim, da crítica dialética.

3. NOVA DIREITA: A FUSÃO ENTRE NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO

3.1 Neoliberalismo

O neoliberalismo se fortaleceu nos anos 1980, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, surgindo como uma corrente ideológica que atualizava os princípios do liberalismo, tendo em vista o crescimento das intervenções estatais na economia decorrentes do Estado de Bem-Estar Social e da organização econômica pautada no keynesianismo. Os países passam a aderir práticas econômicas estruturadas a partir da economia keynesiana, a qual defendia a liberdade individual e a economia de mercado dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal-conservadora, atribuindo ao Estado a função de restabelecer o equilíbrio econômico, através de uma política fiscal, creditícia e de gastos (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Essa combinação ocasionou no período que ficou conhecido como “30 anos gloriosos”, devido ao crescimento econômico dos países somado ao acesso a direitos sociais e trabalhistas, que se deram através da luta da classe operária e possibilitaram a implementação do Estado de Bem-Estar Social.

No entanto, o alastramento do Estado de Bem-Estar Social causava incômodo às elites, considerando que a sua posição de privilégio encontrava-se ameaçada diante da ascensão socioeconômica da classe trabalhadora, que passou a ser assistida através de políticas sociais. Logo, o intuito do neoliberalismo era se opor ao modelo socioeconômico keynesiano e, quando esse modelo apresenta sinais de crise, em 1973, os neoliberais tendem a culpabilizar a importância que os governos dispndiam aos sindicatos e às reformas favoráveis aos direitos trabalhistas (PEREIRA, 2016).

O Estado neoliberal é perpassado pela ideia de Estado mínimo, conceito consolidado anteriormente pelo liberalismo, que defendia a “mão invisível” do mercado e a intervenção estatal mínima na economia. Para eles, o Estado mínimo é a única solução para que a democracia de fato tenha efetividade (NETTO, 2012); no entanto, Brown (2019) pontua que isso não condiz com a realidade neoliberal, a qual caminha para regimes antidemocráticos. Logo, esse sistema busca privilegiar o capital em detrimento do social, realizando apenas algumas concessões diante da



pressão da classe trabalhadora, com o intuito de amenizar as tensões entre as classes.

Outro ponto a se destacar é a recusa do Estado neoliberal em incorporar um modelo de proteção social calcado em uma perspectiva universal, tendo em vista que parte do pressuposto do darwinismo social, que defende que os mais fortes sobrevivem; assim, os mais fracos, ou seja, os mais pobres, serão eliminados naturalmente por não seguirem a dinâmica do sistema. Com isso, se estabelece o entendimento de que as dificuldades pessoais são as causadoras das desigualdades sociais e não a exploração de classe.

3.2 Neoconservadorismo

O neoconservadorismo despontou na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, a partir das mudanças sociais, políticas e econômicas que se estabeleceram, a exemplo do avanço dos movimentos sociais e do Estado de Bem-Estar Social que, segundo os neoconservadores, era o causador da crise que se deu entre o final da década de 1960 e início de 1970 (ALMEIDA, 2018). As análises dos neoconservadores sobre a crise de 1970 apontavam para a necessidade de organização da sociedade a partir de outros valores e que “o maior perigo do século XX era o crescente papel do Estado como organizador da vida social” (MOLL, 2010, p. 68).

Ao falar sobre os neoconservadores, Barroco (2015, p. 624) destaca se tratar de um conservadorismo que se reatualizou, “incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade”. As mudanças são repudiadas por esses segmentos ao promoverem uma maior flexibilização da sociedade, que inclina-se à diminuição das desigualdades sociais e, conseqüentemente, à modificação da estrutura social capitalista. Desse modo, governos que ameaçam essa estrutura, mesmo que de forma ínfima, tornam-se alvos do neoconservadorismo.

PROMOÇÃO



APOIO



Pereira (2016) pontua que os neoconservadores não se opõem a todas as formas de proteção social, mas sim àquelas que são universais, o que contribui para a focalização dessas naqueles considerados extremamente pobres. Dessa maneira, aceitam a desigualdade social e econômica como sendo algo natural e insuperável, o que se torna uma justificativa para a valorização da família como ponto central da sua proteção social.

À vista disso, fica evidente as contradições que são elaboradas pela ideologia neoconservadora. Almejam que seus indivíduos sejam livres, ao mesmo tempo em que rejeitam práticas que se distanciam da sua dita moralidade. Ao adotarem princípios similares aos do neoliberalismo, como a defesa da propriedade privada, da mínima intervenção do Estado na economia etc., os neoconservadores conseguem se unir aos neoliberais e criar, assim, a chamada nova direita.

3.3 Nova direita

Apesar de suas contraposições, o neoconservadorismo é nitidamente compatível com o programa neoliberal de governança para a elite, suspeita da democracia e conservação das liberdades do mercado (HARVEY, 2008), tornando-se antagonistas complementares ao serem capazes de se fortificar e se manter em evidência. Tendo isso em vista, a nova direita possui influência na economia, na moral, na cultura e em outros aspectos sociais (PEREIRA, 2013), inclusive nas relações sociais familiares, bem como atua de maneira institucionalizada no interior do Estado.

A coerção estatal propiciada pelo Estado forte neoconservador alimentou as políticas neoliberais, ocasionando em uma proteção ao redor do mercado, da propriedade privada e da perspectiva de Estado mínimo, se sobressaindo a maior concentração de riquezas para as elites e a desmoralização da proteção social universal (PEREIRA, 2016). A nova direita se opõe a modelos de proteção social universal, tendo em vista que repudia a intervenção estatal na economia e na vida dos indivíduos. Assim, busca implementar políticas sociais gradualmente mais

reduzidas e focalizadas na extrema pobreza, defendendo a ideia de superação da pobreza através do trabalho, sem considerá-la um problema estrutural, o que acarreta na competitividade e meritocracia e, assim,

a meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira (FILHO, 2017).

Portanto, ao induzir o discurso de responsabilização da família ou de caridade dos mais ricos para suprir a falta de políticas sociais, a nova direita promove uma reconfiguração social e a focalização de políticas sociais, encorajando uma perspectiva falsa de crença no trabalho como responsável pela ascensão de classe e melhora na condição socioeconômica, o que estimula a meritocracia. Para Ellen Wood (2003), o foco da democracia alterou-se, se deslocando do exercício do poder popular para o gozo passivo da proteção e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes dominadas para o isolamento pautado no individualismo. Assim, o conceito de democracia passou a ser equiparado com liberalismo e,

Ainda que sua existência só tenha sido alcançada por meio de décadas e décadas de lutas dos trabalhadores pela efetivação de direitos sociais, civis e políticos, a democracia representativa, enquanto uma das formas políticas assumidas pelo Estado capitalista, não deixa de ser, nunca, uma forma de dominação política do capital sobre o trabalho (WOOD, 2003, p. 184).

Ao focalizar as políticas sociais, a nova direita consegue impulsionar estigmas em torno dessas e de seus usuários e, desse modo, representa a união do que há de mais perverso no neoliberalismo e do neoconservadorismo. Na defesa do livre mercado traz a meritocracia e a necropolítica e, na tentativa de retomar os bons costumes e o ideal cristão, emergem o racismo, a misoginia, a LGBTfobia, a xenofobia e a discriminação religiosa. Assim, essa convergência sintetiza duas correntes em

uma, a qual se direciona à negação da democracia (PEREIRA; DUARTE; SANTOS, 2021, p. 8).

4. ESTÍMULO AO VOLUNTARIADO COMO FERRAMENTA DA NOVA DIREITA BRASILEIRA PARA TRANSFIGURAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL

A nova direita ganha maior expressão no cenário brasileiro com as transformações políticas, econômicas e sociais advindas com o golpe político que perpassou as instituições democráticas do país, orquestrado pelo legislativo, judiciário, Polícia Federal, mídia e organizações empresariais contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016. O golpe parlamentar-midiático e posteriormente as eleições de 2018 propiciaram a ascensão de presidentes representantes de interesses neodireitas, Michel Temer e Jair Bolsonaro, que orquestraram e abriram caminhos para o severo desmonte social na condução do Estado com o desfinanciamento das políticas sociais, o agravamento da crise social e a transferência de suas responsabilidades para o mercado e para a sociedade civil.

Para impulsionar uma ética de autorresponsabilização dos indivíduos pelas garantias básicas de vida, a nova direita defende e implementa uma proteção social organizada em redes familiares, comunitárias, filantrópicas, da sociedade civil e do mercado, sendo o Estado desresponsabilizado pela proteção social. Aqueles que não podem arcar com o custeio de suas necessidades básicas ficam à espera da solidariedade, caridade, ajuda mútua, compaixão e amor ao próximo, ou seja, ficam submetidos ao paternalismo, ao clientelismo e ao assistencialismo (PEREIRA, 2007).

A agenda política dos governos de Temer e Bolsonaro foi marcada pela instituição de programas nacionais de incentivo ao voluntariado, como o Viva Voluntário (2017), o Pátria Voluntária (2019) e o Brasil Fraterno (2019) que se ramifica em Brasil Fraterno Agro, Brasil Fraterno Indústria, Brasil Fraterno Comércio e Brasil Fraterno - Comida no Prato. Os programas foram considerados pelos próprios governos, como uma das principais ações e medidas de enfrentamento das vulnerabilidades no país. São programas, ao contrário, utilizados como forma de

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

destruição de direitos sociais e a sobreposição do assistencialismo, guiado por valores morais, eleitoreiros e clientelistas. Considera-se que o que menos está em jogo no estímulo ao voluntariado como forma de ação estatal é o combate às vulnerabilidades e desigualdades, tendo em vista que são medidas assistencialistas não buscam satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos e sim construir uma cultura da dádiva, baseada em relações de favor que se converte em práticas de mando-subserviência, onde ou bem se manda ou bem se pede (SALES, 1994).

Os governos de Temer e Bolsonaro, apoiados nos princípios da ideologia neodireitista, estabeleceram medidas neoliberais e neoconservadoras em consonância com os interesses do capital de destruição de direitos sociais e trabalhistas. Das ações de maior destaque tem-se a Emenda Constitucional 95 que instituiu um novo regime fiscal de congelamento dos gastos sociais, como as políticas de educação, saúde e assistência social, por 20 anos; as contrarreformas trabalhista e previdenciária, a contrarreforma do ensino médio, o fim de reconhecidos programas sociais, a exemplo do Bolsa Família e sua substituição pelo Auxílio Brasil, a flexibilização das regulações de trabalho com redução de salários, privatizações e proteções trabalhistas, entre outras. O que houve, a partir da ofensiva da nova direita, é o ataque não só na perspectiva neoliberal com as contrarreformas, mas também neoconservadora de negação da ciência, desprezo pelo pensamento, avanço da repressão e perseguição à esquerda, aumento do preconceito em nome da tradição, articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio e ações antidemocráticas. Considera-se importante compreender as investidas de tal projeto político tanto na perspectiva de desfinanciamento das políticas sociais quanto a transformação da noção de direitos sociais em favor.

Pereira (2019) considera que há uma transição do ethos solidário da política social para a moral individualista possessiva. O que ela aponta é que, na lógica da política da nova direita, o papel central da política social não é atender às necessidades e demandas sociais, mas como política de alívio de forma focalizada e pontual. O Estado neodireitista materializa-se na defesa do individualismo em

PROMOÇÃO



APOIO



detrimento das mobilizações coletivas e no antagonismo à proteção social pública e universal (PEREIRA, 2020). Perde-se a noção de direitos sociais universais por atividades individuais, meritocráticas ou voluntárias em nome da solidariedade. A responsabilidade do Estado é transformada em responsabilidade da sociedade, família e do mercado, e a dimensão política é reduzida à responsabilidade moral, sendo substituída a noção de direito pelo discurso humanitário de filantropia e solidariedade. Demo (2001, p.65) chama a atenção que é preciso reconhecer que as ações voluntárias "são irrelevantes para o combate à pobreza e são equivocadas se tomarem o lugar de políticas sociais emancipatórias" dando lugar a política do favor.

O Estado se coloca como secundário na responsabilidade pela proteção social ao encolher as políticas sociais e ampliar as doações como sistema concorrente, assim como partilha com o empresariado e a sociedade civil as estruturas de poder e assume somente a gestão dos programas. Ignora-se a existência da política social e dos equipamentos públicos que garantem proteção social para transferir a responsabilidade a setores como o comércio, a indústria, a agricultura e a pecuária, que são convocados para 'ajudar' no enfrentamento das vulnerabilidades. Mestriner (2001, p.21) aponta que:

Tradicionalmente, em nosso país, o Estado tem sido o último a responder diretamente pelas atenções sociais. Neste campo, tem prevalecido o princípio da subsidiariedade entre o estatal e o privado, em que o Estado transfere para a sociedade as responsabilidades maiores, restringindo-se à execução de ações emergenciais. Para tanto, utiliza da estratégia da delegação, manipulando subsídios, subvenções e isenções por meio do mecanismo de convênios e atribuição de certificado de serviços sob o financiamento estatal.

O que pode-se inferir é que os programas de incentivo ao voluntariado como estratégia dos governos de proteção social podem-se configurar, nos termos de Pereira (2016), como uma proteção social residual. Significa dizer que a responsabilidade do Estado é dissolvida com o mercado e outras instâncias privadas, como a família e as ONGs, é mínima, residual, estigmatizada e não possui caráter de direito. Só é admitida na lógica neoliberal e neoconservadora se for pontual, condicional, emergencial e focalizada, necessária apenas para o desenvolvimento do

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

capitalismo (PEREIRA, 2016). As políticas sociais na perspectiva neodireitista são destinadas a servir aos interesses do grande capital de forma focalizada e contingencial dos problemas sociais sem considerar os caminhos para o enfrentamento e superação.

5. CONCLUSÃO

Em suma, a nova direita condensa componentes neoliberais, como a supremacia do mercado, a competitividade, o desmonte de políticas universalizantes, bem como componentes neoconservadores, como o nacionalismo, a defesa da família tradicional, o fundamentalismo religioso e a discriminação, buscando esvaziar pautas coletivas e enaltecer o individualismo, trazendo consigo o que há de pior em cada uma dessas ideologias. Ela se esconde atrás de uma máscara benevolente dotada de palavras positivas, como liberdade e escolha, mas que ocultam a realidade desagradável de reconstituição do poder de classe.

O Estado alicerçado na perspectiva neodireitista se coloca como mínimo para responder às demandas sociais e máximo ao capital. Há uma reconfiguração das políticas sociais garantidas como direito para atuarem na perspectiva dos interesses da classe burguesa de forma focalizada e estigmatizante como forma apenas de amenizar as tensões sociais. O voluntariado é utilizado como instrumento dos governos federais, a partir do avanço da nova direita, para promover a corrosão dos direitos sociais, das políticas sociais universais e para a transferência da responsabilidade do Estado para a família, a sociedade civil e o mercado. É preciso compreender as estratégias operadas pela nova direita para organizar a classe trabalhadora na luta pela universalização das políticas sociais e proteção social.

PROMOÇÃO



APOIO

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. Contrapontos, Itajaí-SC, v. 7, n. 1, p. 11-22, jan./abr. 2007.

ALMEIDA, S. L. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). O Ódio como Política: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32. v. 1.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E. R. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. SER Social, [S. l.], v. 18, n. 38, p. 13–29, 2016. DOI:10.26512/ser_social.v18i38.14265. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14265. Acesso em: 13 jun. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social e Trabalho no Capitalismo. São Paulo, Cortez, 2016.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

DEMO, Pedro. Brincando de solidariedade: política social de primeira-dama. In: O comunidade solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil/ Maria Ozanira da Silva e Silva (coord.) - São Paulo: Cortez, 2001

FEDERICI, S. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FILHO, M.A. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhoub. Jornal da Unicamp – edição web. Especial Cotas Étnico-raciais. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>. Acesso em: 12 jun. 2023.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

PROMOÇÃO



APOIO



MARX, K. O Capital: crítica da economia política: Livro I. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.

MOLL, Roberto. Reaganetion: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social & Sociedade, p. 413-429, 2012.

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção Social no Capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, C. P. A proteção social em tempos sem bríos. Argumentum, v. 9, n. 3, p. 24-29, 2017.

PEREIRA, C. P.; DUARTE, J. L. N.; SANTOS, L. R. S. Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 20, 2021.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do *ethos* solidário à moral egoísta. In: PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida (org). Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Reorientações éticas da política social: do primado do *ethos* solidário ao império da moral individualista possessiva. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2019 _ n. 43, v. 17, p. 32 - 47.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos. 4.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade na cultura política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 9, v. 25, p. 26-37, jun. 1994.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312>. Acesso em: 12 jun. 2023.

WOOD, Ellen. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.